



ASSEMBLEIA

Proposta aprovada mantém princípios fundamentais do Saúde Caixa

Empregados aprovam com 90,58% dos votos a proposta do plano



SEMPRE NA LUTA COM VOCÊ - O Sindicato dos Bancários do Rio mantém uma luta histórica em defesa do Saúde Caixa e dos direitos dos empregados do banco

Terminou às 18 horas de sexta-feira, 29 de outubro, a assembleia de votação da proposta para o Saúde Caixa negociada entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e a Caixa Econômica Federal. Dos 2.070 participantes, 1.875 (90,58%) votaram pela aprovação, 183 (8,84%) contra e 12 (0,58%) se abstiveram. No restante do país a aprovação se repetiu, com variações nos percentuais.

PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA

A participação foi expressiva, ainda mais se levarmos em conta que numa assembleia presencial dificilmente chegaríamos aos mais de 2 mil participantes. “O resultado foi importante por-

que mostrou que os empregados avaliaram e entenderam que a proposta preservou os princípios fundamentais do plano, como temos frisado desde o início, que são a solidariedade, o mutualismo e o pacto intergeracional”, lembrou o diretor do Sindicato e membro da CEE, Rogério Campanate. A aprovação impede que os empregados que ganham menos, com mais idade e aposentados sejam obrigados a sair do plano devido ao aumento das mensalidades que teriam que pagar se estes princípios não fossem mantidos.

COMO FORAM AS NEGOCIAÇÕES

O banco queria impor a individualização do plano, a exemplo

dos planos privados de mercado, desde a negociação coletiva do ano passado, e posteriormente nos debates no Grupo de Trabalho (GT) constituído para discutir a sustentabilidade, o custeio e a gestão do Saúde Caixa, formado por representantes dos empregados e da Caixa. Naquela época ainda estava em vigor a resolução 23 da CGPAR, e o banco se mostrava decidido a romper os princípios do plano.

Em 31 de julho de 2021, a Caixa decretou o fim do GT. Com a decisão o assunto passou a ser discutido entre a CEE e a CEF. A partir daí o banco mudou de postura, passando a ter pressa em fechar uma proposta porque tinha sido aprovado na Câmara, em 15 de julho, o pro-

jecto da deputada Érika Kokay (PT-SP) suspendendo os efeitos da CGPAR23. A pressa se devia ao fato do projeto ter sido encaminhado à votação no Senado. Com a derrubada da CGPAR 23 (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), em 1º de setembro, foi possível negociar uma proposta. “O Sindicato tem uma luta histórica em defesa dos direitos dos empregados e de um Saúde Caixa para todos, que preserve a qualidade do plano e seja, ao mesmo tempo, sustentável e vamos continuar lutando para isto”, disse o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira.

Confira o resumo da proposta na página 4 desta edição.

Confira o resumo da proposta aprovada na assembleia pelos empregados, na página 4.

MERCANTIL**Negociações avançam**

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco Mercantil do Brasil se reuniu com a direção do banco no último dia 27 de outubro, dando continuidade a negociação pelo fim das demissões e por melhores condições de trabalho para os empregados que continuam a trabalhar no banco e estão sofrendo com a sobrecarga de trabalho e a pressão por metas. No mês de outubro, dezenas de bancários foram demitidos, mesmo com o banco tendo lucrado mais de R\$ 100 milhões nos seis primeiros meses do ano. No Rio de Janeiro não há notícias recentes de dispensas.

VALOR DE REQUALIFICAÇÃO

Houve ao menos um avanço em relação à última reunião do dia 22 de outubro. O banco acenou com a possibilidade de elevar o valor da requalificação, para R\$ 2.200 para cada funcionário desligado e aumentar mais seis meses a garantia de plano de saúde, além do prazo previsto pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), após a demissão. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram ainda vales refeição e alimentação por dois meses depois do desligamento e seguro de vida para os demitidos. O banco ficou de dar uma resposta na reunião desta quinta-feira, 4 de novembro, às 14 horas.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**Desemprego é maior entre negros e mulheres**

Crise no mercado de trabalho afeta mais trabalhadores pobres e com baixa escolaridade. Emprego informal não para de crescer no Brasil

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o problema do desemprego é maior entre negros e mulheres e pessoas com menos escolaridade. Entre os homens, a taxa ficou abaixo da média: 12,2%. Para as mulheres, o índice é bem acima (17,9%). No caso dos trabalhadores brancos cai para 11,9%. E sobe para pretos (18,6%) e pardos (16,9%).

Além de afetar de maneira grave negros e mulheres, o desemprego é quase três vezes maior entre os que possuem até o segundo grau: 24,4% contra 8,3% de quem possui nível superior. Para os que possuem nível superior incompleto o índice chega a 17,5%. “Em qualquer aspecto econômico e social a população negra e as mulheres são discriminadas, como mostram os números do mercado de trabalho. A mulher negra é ainda mais atingida pelo racismo estrutural em nosso país porque sofre preconceito racial e de gênero. O Dia da Consciência Negra (20 de novembro) é uma oportunidade para toda a sociedade refletir e debater a necessidade de políticas afirmativas e do fim do racismo no Brasil”, afirma o secretário de



A população negra e de baixa escolaridade é a mais atingida pelo desemprego recorde no Brasil

Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), Almir Aguiar.

POR TRÁS DOS NÚMEROS

O Brasil registra desemprego recorde como consequência da crise causada pela pandemia e agravada pela péssima gestão do Governo Bolsonaro no combate à Covid-19 – o presidente brasileiro defendeu a “imunidade de rebanho”, tese que prevê uma grande contaminação do vírus para uma suposta imunização natural da população, custando milhares de vidas, e o tratamento precoce com ivermectina e cloroquina, todos condenados pelos sanita-

ristas.

A política econômica recessiva do ministro da Economia Paulo Guedes, que resultou na maior inflação desde o início do plano real (1994) e estagnação, também é responsável pelo grande número de brasileiros desempregados. No trimestre fechado em agosto a taxa de desemprego teve uma pequena redução chegando a 13,7 milhões de trabalhadores (13,7%). Mas a aparente melhora é na verdade a explosão do trabalho informal: no período dos três meses, o país registrou 2,387 milhões a mais de brasileiros no mercado informal, sem direitos trabalhistas e previdenciários, chegando ao maior índice da história.

Curso Paternidade Responsável em novembro: inscrições abertas

A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato está com inscrições abertas para a nova turma do curso Paternidade Responsável. As aulas, realizadas por meio virtual, serão ministradas nos dias 16 e 17 de novembro. Para se inscrever e obter mais informações basta ligar para 2103-4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br. A certificação é necessária para que os bancários possam desfrutar a licença paternidade ampliada de 20 dias, direito previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O direito, conquistado durante o governo Dilma Rousseff, é uma oportunidade para o pai acompanhar os primeiros dias do bebê e ajudar a mãe nos cuidados com o recém nascido.

CURSO PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Dias 16 e 17 Novembro | **Das 18h 30 às 21 horas**

On-line

AV. PRES. VARGAS, 502/21º ANDAR

INSCRIÇÕES ABERTAS

INFORMAÇÕES: 2103-4170

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 10000**

Banco do Brasil terceiriza atendimento à saúde mental sem ouvir funcionalismo

Os funcionários do Banco do Brasil e o movimento sindical estão preocupados com a criação de ferramentas de inteligência artificial e atendimento psicológico online pela Cassi. Os bancários defendem a ampliação da oferta de atendimento psicológico mas através de negociação com os trabalhadores. A decisão de terceirizar o atendimento, de modo online e sem dialogar com os sindicatos deixou os bancários preocupados.

“A parceria sequer foi apresentada ou discutida com as equipes técnicas da Cassi, o que representa risco para a evolução do modelo baseado na Atenção Integral. Foi uma iniciativa do Banco do Brasil que, depois, envolveu a Cassi. Os dirigentes da Cassi acabaram se submetendo, mais uma vez, às decisões do BB, aceitando a contratação sem uma discussão ampla com os próprios associados”, observou Fernanda Carisio, ex-presidenta do conselho deliberativo da Cassi.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

O BB e a Cassi afirmaram que o acordo com a Vittude faz parte do pilar Apoio Psicológico do Programa Saúde Mental, “que está sendo bem recebido por to-



Terceirização e atendimento online para problemas psicológicos foram criados de forma unilateral pela direção do BB e da Cassi. Sindicatos cobram negociação sobre o tema

dos os funcionários”. Os sindicalistas contestam essa informação, uma vez que a contratação da Vittude foi realizada por debaixo dos panos, sem dialogar com o movimento sindical, colocando em risco a proposta original do Programa Saúde Mental. O arquivamento e compartilhamento de informações pessoais dos funcionários em se tratando de uma empresa terceirizada e que tem um contrato 100% pago pelo banco, preocupa os bancários.

“O Programa Saúde Mental (PSM) da Cassi tem mais de 20 anos e começou com a criação de portas de entrada para a saúde mental, a partir de estruturas

locais montadas nas unidades Cassi. Esse modelo está evoluindo para trabalhar com Linhas de Cuidado, organizadas para atender aos problemas mais prevalentes entre os funcionários do Banco”, conta Fernanda Carisio, questionando em seguida: “Por que não investir num programa maduro e consistente, operado pelos profissionais da própria Cassi?”

TRANSTORNOS MENTAIS

Um estudo recente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), intitulado “Suicídios

na categoria reforçam necessidade de medidas protetivas” revelou que, entre 2012 e 2017, os bancos foram responsáveis por 15% dos afastamentos por causas mentais entre todos os setores de atividade econômica. Quando se trata de depressão, a proporção no período aumentou para 16%. O levantamento apontou ainda que, de 2009 a 2013, houve uma elevação de 70,5% dos casos de Transtorno Mental entre os bancários, contra 19,4% nas demais categorias. As condições precárias de trabalho, somadas ao baixo poder de decisão sobre as tarefas, aumentam em 77% a possibilidade de o trabalhador cair em depressão. A conclusão é da pesquisadora Llorens Serrano, da Universidade Autônoma de Barcelona e do Instituto Sindical de Trabalho, Ambiente e Saúde (ISTAS).

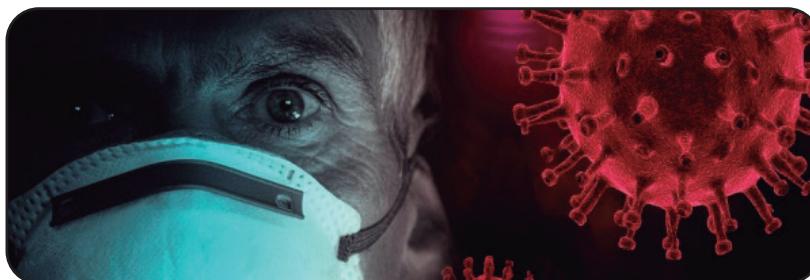
COBRANÇA DE COPARTICIPAÇÃO

Atualmente, no Plano Associados da Cassi existe a cobrança de coparticipação equivalente a 40% no valor das consultas. Os sindicatos querem que o banco arque integralmente com os custos dos atendimentos psicológicos em caso de adoecimento mental decorrente do trabalho.

Itaú constrange funcionários a participar de comemoração em meio à demissões e pandemia

O Itaú, em mais uma demonstração de falta de sensibilidade e desprezo pelo sofrimento, convocou os funcionários para ‘fazer um brinde’, na última quinta-feira (28/10), no que o banco denominou como ‘a grande virada’. A comemoração fora de hora impôs que todos viessem vestidos de branco, usassem taças transparentes, que as agências fossem enfeitadas ‘com bolas brancas e laranjas’ e que o brinde fosse feito ‘com suco de laranja’ ou ‘refrigerante sabor laranja’.

O Brasil registrou na quarta-feira (27) 433 mortes por Covid-19 nas últimas 24 horas, com o total de óbitos chegando



a 606.726 desde o início da pandemia. Que o banqueiro não tem nenhuma empatia com os mais de 600 mil mortos pela pandemia do novo coronavírus, não surpreende a mais ninguém, mas fazer uma comemoração neste momento mostra o tamanho do desprezo pelas vidas perdidas.

O que os bancários têm pra comemorar? As mortes de seus parentes e amigos? A demissão de seus companheiros de trabalho em plena pandemia? Ou o banco espera que eles comemorem suas futuras demissões provocadas pela reestruturação, cujo início o banco quer marcar hoje?

Chamam a atenção ainda as cores escolhidas pelo banco. Mesmo sabendo que o laranja é uma das cores do Itaú, é sugestivo que o banco comemore os resultados da política econômica tocada por um banqueiro acusado de ter conta offshore em um paraíso fiscal, da qual diz ter se afastado, sem convencer a ninguém.

“Se o Itaú tem o que comemorar, os bancários não têm motivos para isso e esperam respeito por parte daqueles que lucram muito com a dor do povo brasileiro e com o desespero da categoria”, afirma o diretor do Sindicato Ronald Carvalhosa.

LARGO DA PENHA

Sindicato protesta e retarda abertura de agência contra demissões no Bradesco

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro realizou um protesto contra as demissões em massa no Bradesco, retardando a abertura da agência do Largo da Penha, na Região da Leopoldina. Os sindicalistas dialogaram com os funcionários, que apoiaram a mobilização.

“É grande o número de bancários adoecidos em função da pressão por metas, assédio moral e o medo de ser o próximo a ser demitido. Vamos continuar denunciando à sociedade os abusos dos bancos, com protestos nas agências e nas redes sociais. Não há justificativa para que



Sindicalistas dialogaram com funcionários e clientes e protestaram contra as demissões no Bradesco

o setor mais lucrativo do país continue engrossando os índices de desempregados. Os clientes também são prejudicados com o fechamento de unidades físicas e dispensa

de trabalhadores e os empregados que continuam no emprego ficam sobrecarregados”, afirma o diretor do Sindicato e membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Leuver Ludloff.

O Departamento Jurídico da entidade sindical tem feito a sua parte, conquistando inúmeras reintegrações. A Justiça Trabalhista tem acatado várias pedidos de antecipação de tutela pelo fato de os bancos dispensarem trabalhadores em plena pandemia, descumprindo acordo feito pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) com a categoria.

Entenda a proposta do Saúde Caixa aprovada pelos empregados

Pela proposição aprovada ficam mantidas no plano as premissas atuais, preservando a proporção 70/30 (70% de contribuição do patrocinador limitado ao teto e o restante dos empregados); a solidariedade; o pacto intergeracional; e o mutualismo. Está mantida ainda a contribuição de 0,4% por dependente, limitada a 0,8% (mesmo que o participante tenha mais de dois dependentes).

COBRINDO A INFLAÇÃO MÉDICA

Para cobrir a inflação médica (mais alta que todos os índices que medem aumentos de preços) e o problema causado pela falta de novas contratações, está previsto o pagamento de uma mensalidade, nos mesmos valores e composição atuais (de 3,5% a 4,3%) sobre o 13º salário a ser feita a partir de novembro 2022. Essa forma foi a considerada menos impactante após debates



na CEE e no Comando Nacional dos Bancários, com a participação de representantes dos aposentados. Já o limite por ano de coparticipação fica mantido nos atuais R\$ 3.600.

FUNDO DE RESERVA

A proposta prevê, ainda, a utilização do fundo de reserva do Saúde Caixa (acumulado em pe-

ríodos de superávit), de mais de R\$ 400 milhões. Esta seria uma maneira de evitar contribuições extras até 2023, quando haverá novas negociações sobre o plano, em um novo acordo - provavelmente numa conjuntura mais favorável. A CEE lembra que o banco fixou em seu estatuto um limite de 6,5% sobre a folha de pagamentos de contribuição para o Saúde Caixa. Ainda não se che-

gou a esse limite, mas a previsão é que já em 2022, devido à redução do número de empregados, ele possa ser atingido, o que teria impacto sobre a sustentabilidade do plano.

PRECISA AVANÇAR

Os empregados que entraram na Caixa a partir de 2018 passaram a ter direito ao plano pelo acordo específico assinado em 2020. Pela proposta terão direito, ainda, ao Saúde Caixa após se aposentar, porém, para isto, terão de arcar com a parte da empresa. A previsão da CEE é conseguir avançar numa próxima negociação, em outra conjuntura, para que tenham os mesmos direitos que os que entraram antes. A proposta mantém o GT Saúde CAIXA com maior acesso a relatórios, dados, acompanhamento de credenciamento e descredenciamento com vistas a dar suporte para a mesa permanente.